



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 A septuagésima Nona Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve
4 lugar no auditório da SEMA, Porto Alegre - RS, no dia 11 de março do ano de dois
5 mil e quinze, às quatorze horas e dez minutos. Compareceram os conselheiros:
6 SEMA – Maria Patrícia Möllmann – Presidência; Secretaria de Obras e Saneamento
7 e Habitação – Representante Pedro Dall Acqua – Vice-presidência; Secretaria da
8 Agricultura e Pecuária – representante Rodrigo Ramos Rizzo; Secretaria dos
9 Transportes e Mobilidade - representante Pedro Homero Obelar; Secretaria do
10 Planejamento e Desenvolvimento Regional – representante Roberto B. Vieira;
11 Secretaria da Saúde – representante Julce Clara Silva; Secretaria de Minas e
12 Energia – representante Jose Francisco Braga; Casa Civil - representante Rosa
13 Bertolucci; Tânia Zoppas, Comitê Caí – titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã –
14 titular; Ivo Mello, Comitê Ibicuí titular; Paulo Robinson Samuel, Comitê Gravataí –
15 titular; Mário Florisbal Damé, Comitê Baixo Jacuí – suplente; Roberto D.de Carvalho,
16 Comitê Santa Maria – titular; André Luiz Vieira C. Oliveira, Comitê Lagoa Mirim –
17 titular. Ausentes: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;
18 Sistema Nacional de Meio Ambiente e Sistema Nacional de Recursos Hídricos.
19 Demais presentes: Júlio Salecker, Comitê Pardo; Marcos Paulo Scherer, Comitê
20 Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo; Ubirajara Simon, SDR; Antônio Martins, SDR; Eldo
21 Frantz Costa, Comitê Santa Maria; Shirley Dini Nielsen, ABES-RS; Carlos Alvin
22 Heine, Corsan-Comitê Caí; Gustavo Garcia da Cunha, DRH; ,Alberto N. Becker BM
23 – SSP; Rejane Beatriz de Abreu e Silva, DRH-SEMA, Lisiane S.G, DRH-SEMA;
24 Ellen Beneduzzi, DRH-SEMA; Cizino R. Rocha, VIAGIAGUA/CEVS/SES; Mariza
25 Beck, Comitê Ibicuí; Carmem Lúcia Silveira da Silva, Brenda Farias e Patrícia
26 Moreira Cardoso, Secretária Executiva do CRH/RS. A Secretária Ana Maria Pellini
27 deu boas vindas a todos e manifestou a satisfação da atenção que as nossas águas
28 vem recebendo, tanto é que foram buscar o Professor Meirelles. Viu nas reuniões
29 que o maior problema dos Comitês não é a gestão das águas, mas os problemas
30 financeiros com as prestações de contas, convênios. Isso está sendo bem tratado
31 pelo diretor Fernando e pela diretora Vera Figueiró que estão se dedicando para que
32 isso não se repita. Fez questão de vir a primeira reunião para explicar que não irá
33 acompanhar o CRH. Não vejam isso como um desprestígio ao contrário. Como teve
34 a sorte de ter a secretária Adjunta uma procuradora do Estado, Maria Patrícia
35 Möllmann, especialista em direito Ambiental e sempre tratou destes assuntos de
36 Meio Ambiente. Então a presidência do CRH estará nas mãos de uma excelente
37 técnica. A gestão das águas é uma prioridade para esse governo e passou a
38 condução a Presidente Maria Patrícia cumprimentou a todos e convidou aos
39 membros para se apresentarem. Em seguida, Carmem Silva fez a leitura da pauta e
40 comunicou a solicitação do Comitê Gravataí para inclusão do processo de alteração
41 de regimento interno encaminhado à CTIJ na reunião passada do CRH. A CTIJ não
42 se reuniu e o Comitê precisa do RI aprovado para o Convênio de Manutenção. I –
43 **Comunicações:** Carmem Silva informa a presença dos Srs. Ubirajara Simon, SDR e
44 Major Adalberto Becker, Brigada Militar-SSP, salientando que são Secretarias de
45 Estado que desejam ocupar uma vaga no CRH. II - **Ordem do Dia – 1. Ata da 78ª**
46 **Reunião Ordinária do CRH** – ata retirada da pauta, prometida para a próxima
47 reunião. **Item 02 – Resolução Ad Referendum** - Patrícia Moreira explica que após
48 a última reunião do CRH ocorrida em novembro, foi recebida na Secretaria
49 Executiva a solicitação de recursos para publicação de uma revista sobre a gestão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

50 anterior. A princípio o recurso seria bancado pela FEPAM, mas houve problemas
51 contábeis. A Secretaria Executiva do CRH encaminhou o requerimento ao
52 presidente da CTPA para conhecimento e após publicou-se ad referendum. A
53 Resolução foi encaminhada à CTPA na semana anterior. Sr. Paulo Robinson,
54 membro da CTPA, solicita que seja encaminhado aos comitês e conselheiros.
55 Colocado em votação a Resolução CRH Nº 162 foi aprovada por unanimidade. **Item**
56 **3 – Resolução 163 – Ad Referendum** - Estabelece valores de referência ao DRH
57 para definição das vazões a serem outorgadas, nas análises dos processos
58 referentes à captações de água subterrânea de domínio do Estado do Rio Grande
59 do Sul. Carlos Heine, da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas fez o histórico da
60 construção da Resolução para alteração do Decreto 42.047 que regras as águas
61 subterrâneas. Após discussão, a Resolução CRH Nº 163 foi aprovada na condição
62 de ser encaminhada aos Comitês para contribuições na tabela anexa sobre os
63 valores de referencia para o uso dos recursos hídricos subterrâneos e em seguida
64 retorne ao CRH. **Item 4 - Resolução CRH Nº 164/2015 – Aprovação do Manual**
65 **Operativo do Uso dos Recursos do Fundo de Investimentos em Recursos**
66 **Hídricos – FRH/RS** – Júlio Salecker, presidente da CTPA ressaltou a importância do
67 Manual Operativo do FRH/RS construído pelo Grupo de Trabalho criado no âmbito
68 da CTPA na gestão dos recursos do FRH advindos da geração de energia. O
69 Manual foi aprovado na reunião passada, como não foi publicada a tempo a
70 resolução, a Secretaria Executiva do CRH traz a minuta de resolução com a nova
71 presidência do CRH. Resolução 164 aprovada por unanimidade. **Item 5 - Indicação**
72 **do Secretário Executivo do CRH/RS** – A presidente Maria Patrícia lastimou a saída
73 da Patrícia Cardoso com a finalização do contrato emergencial e anunciou a
74 indicação do diretor Fernando Meirelles e da Carmem Silva, respectivamente
75 Secretário Executivo e Secretária Executiva Adjunta do CRH. Paulo Robinson
76 Samuel, Comitê Gravataí deixa registrado a tristeza com a saída da Patrícia da
77 SEMA, pessoa dedicada, sempre disposta a ajudar os comitês. Aprovada a
78 indicação dos secretários executivos do CRH. **Item 6. Indicação do Secretário**
79 **Executivo do FRH/RS** – A presidente informa o nome da servidora do
80 Departamento Administrativo Sra. Maria de Lourdes Ávila Alves, e salienta que ainda
81 não tem outro nome para compor a Secretaria Executiva do FRH. Júlio Salecker,
82 CTPA, destaca que a Sra. Maria de Lourdes tem auxiliado muito a CTPA com todo o
83 seu conhecimento e concorda que alguém político para compor o quadro seria
84 excelente, fazer as articulações entre as secretarias e a CAGE principalmente.
85 Aprovado a indicação da servidora Maria de Lourdes. **Item 7. Alterações no**
86 **Regimento Interno do Comitê Gravataí** – Paulo Robinson Samuel, presidente do
87 Comitê Gravataí disse que o comitê não tinha Secretária Executiva, pois quem
88 exercia este papel era uma funcionária da METROPLAN sem receber salário com
89 recursos do FRH. Com as demandas surgidas com o Plano de Bacia do Gravataí
90 houve a necessidade de alteração do Plano de Trabalho e a criação do cargo de
91 secretário administrativo para o Comitê. A plenária do Comitê aprovou a alteração e
92 foi encaminhado ao CRH que enviou à CTIJ, mas a Câmara não se reuniu, a
93 Secretaria Executiva do CRH não convocou. Eldo Costa, vice-presidente da CTIJ
94 avisa que a CTIJ não foi convocada e lastima. Carmem Silva, explica que a CTIJ
95 não foi convocada primeiro por problemas de agenda e depois porque os membros
96 dos comitês não têm recursos do FRH para vir a Porto Alegre. São poucos
97 alterações como se observa a nova redação do regimento: Comitê de
98 Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí nos artigos 8º, 13º e 23º que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

99 passa a ter a seguinte redação: “Artigo 8º - A Diretoria será constituída por um
100 Presidente, um Vice-Presidente, uma Secretária (o) Executiva(o) e uma
101 Secretária(o) Administrativa(o). Parágrafo 2º - A (o) Secretária (o) Executiva (o),
102 será indicado pelo Presidente e referendado pelo Comitê, para mandato coincidente
103 com o mandato da presidência. Parágrafo 3º - A (O) Secretária (o) Administrativa (o)
104 será indicada (o) pelo Presidente e referendado pelo Comitê, para mandato
105 coincidente. Artigo 13º – Compete a (o) Secretária (o) Executiva (o): I – organizar e
106 coordenar os trabalhos da Secretaria Executiva; II – convocar as reuniões do
107 Comitê, quando determinado pelo Presidente; III – secretariar as reuniões do
108 Comitê, lavrando as respectivas atas; IV – assinar expedientes e atas das reuniões,
109 juntamente com o Presidente; V – elaborar os Relatórios de Atividades da Secretaria
110 Executiva e da Comissão Permanente de Assessoramento; VI – assessorar o
111 Presidente e o Vice-Presidente; VII – assessorar o Comitê no exercício de suas
112 atribuições relacionadas no artigo 19 da Lei 10.350 de dezembro de 1994; VII –
113 manter o expediente e os arquivos da Secretaria Executiva; IX – manter contatos
114 com os setores cujos trabalhos são de interesse do Comitê ou forem objetos de suas
115 atividades; X – na situação prevista no Artigo 9º, parágrafo 1º, convocar o Comitê no
116 prazo máximo de sete dias; XI – coordenar as atividades da Comissão Permanente
117 de Assessoramento; XII – coordenar as atividades dos Grupos de Trabalho criados
118 pelo Comitê ou pela Secretaria Executiva; XIII – desempenhar quaisquer outras
119 atribuições inerentes ao cargo, bem como outros encargos que lhe forem atribuídos
120 pelo Comitê em reunião ordinária ou extraordinária, nos limites de sua competência,
121 e XIV – representar, por determinação do Presidente, o Comitê, nos impedimentos
122 deste e do Vice-Presidente. Parágrafo 1º – Compete a (o) Secretária (o)
123 Administrativa (o): I – organizar e coordenar os trabalhos da Secretaria
124 Administrativa; II – auxiliar o Presidente a elaborar os relatórios anuais de atividades
125 do Comitê; III – manter o expediente e os arquivos da Secretaria Administrativa; IV –
126 supervisionar e apoiar as atividades da Comissão Permanente de Assessoramento;
127 V – desempenhar quaisquer outras atribuições inerentes ao cargo, bem como outros
128 encargos que lhe forem atribuídos pelo Comitê em reunião ordinária ou
129 extraordinária, nos limites de sua competência. VI – representar, por determinação
130 do Presidente, o Comitê, nos impedimentos deste e do Vice-Presidente. Também
131 substituindo a Secretaria Executiva na ausência da mesma. Artigo 23º - A alteração
132 do Regimento Interno dar-se-á pela aprovação, manifestada através de voto, de
133 metade mais um dos representantes dos membros legais, em reunião extraordinária
134 convocada para tal finalidade”. A presidente não acha nada de anormal as
135 alterações ainda mais que foram aprovadas pela plenária do Comitê. Aprovada
136 alterações no Regimento do Comitê Gravataí. **Assuntos Gerais:** Pedro Dall Acqua –
137 na estruturação do governo recentemente, o Saneamento voltou para as Obras e a
138 Irrigação irá para a Secretaria da Agricultura. Dentro da SOP estão reorganizando o
139 Conselho de Saneamento. Em nome do Secretário Gerson, fala que se quiserem
140 tornar política pública, política de estado efetiva, teremos que trabalhar o
141 saneamento articulado com os outros sistemas, o recursos hídricos é fundamental,
142 assim também como o sistema de saúde é fundamental. Salientou a presença do Dr.
143 Cizino com a questão da água na área rural. A Secretaria da Saúde tem mais ou
144 menos em torno do estado 800 mil pessoas que tomam água contaminada por
145 cotação bacteriológica, levantamento que surgiu através da secretaria que financiou
146 as análises nas áreas rurais. E será criada uma Câmara Técnica para dar
147 encaminhamento e tratar deste assunto. A participação dos representantes dos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

148 recursos hídricos no saneamento é de fundamental importância. Eldo Costa
149 questiona como fica o Conselho de Irrigação já que a Irrigação vai para a
150 Agricultura. Pedro Dall Acqua diz que não sabe como ficará, mas acredita que se a
151 Irrigação for para a Agricultura o Conselho também vá. Dr. Cizino pede para
152 apresentar no CRH o programa da qualidade da água. O diretor Fernando Meirelles
153 solicita essas informações para que sejam colocadas na base de dados para os
154 Comitês. A presidente Maria Patrícia confirma que terá muito prazer em colocar na
155 pauta da próxima reunião de 13 de maio. **Relatos da CTs:** Julio Salecker, presidente
156 da CTPA diz que tiveram reunião no dia 05 de março, a última foi em novembro do
157 ano passado. As Reuniões da CTPA serão realizadas nas quintas-feiras na semana
158 anterior as reuniões do CRH, sempre às 9h30min e convida a quem quiser
159 acompanhar. Esclarece que a função da CTPA é trazer esmiuçado para o CRH os
160 gastos com os recursos do FRH. Na reunião do dia 05 de março as secretarias que
161 utilizam os recursos do FRH fizeram a apresentação do que foi executado do
162 orçamento 2014. Contamos com a presença do diretor Meirelles numa discussão
163 sobre o Fundo que não pode ser contingenciado, é um fundo federal com
164 regramento específico. Meirelles disse que não tem problemas, estão tendo cuidado
165 nesse sentido e que a execução orçamentária de 2015 não teria problema. Já foi
166 paga a primeira parcela do Convênio com a Universidade de Lavras. Júlio Salecker
167 lembra de que como não havia Secretário Executivo do FRH não teve acesso aos
168 relatórios e gostaria de apresentar aos conselheiros a execução do FRH. A
169 presidente Maria Patrícia confirma que isso será feito na próxima reunião. Não
170 havendo mais assuntos a tratar a presidente Maria Patrícia Möllmann encerrou a
171 reunião e eu, Carmem Lúcia Silveira da Silva, secretária Executiva adjunta do
172 CRH/RS lavro esta ata.